



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo n°** 15586.001260/2007-11  
**Recurso n°** 166.636 Voluntário  
**Acórdão n°** 2403-00.125 – 4ª Câmara / 3ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 19 de agosto de 2010  
**Matéria** CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA  
**Recorrente** MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPIRITO SANTO  
**Recorrida** DRJ-RIO DE JANEIRO I/RJ

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/01/1997 a 30/06/1999

PREVIDENCIÁRIO - CUSTEIO - NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO - PERÍODO ATINGIDO PELA DECADÊNCIA QUINQUÊNAL - SÚMULA VINCULANTE STF Nº. 8.

O STF em julgamento proferido em 12 de junho de 2008, declarou a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei n° 8.212/1991. Após, editou a Súmula Vinculante n° 8, publicada em 20.06.2008, nos seguintes termos: "São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5° do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário".

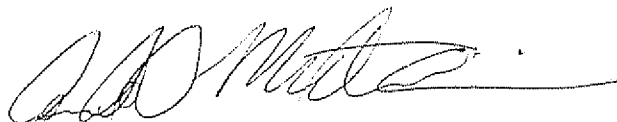
Nos termos do art. 103-A da Constituição Federal, as Súmulas Vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal

No presente caso, o fato gerador ocorreu entre as competências 01/1997 a 06/1999, o lançamento tendo sido cientificado em 20.12.2007, dessa forma, irrelevante a apreciação de qual dispositivo legal deve ser aplicado, ora o art. 150, § 4º, CTN ora o art. 173, I, CTN, o que fulmina em sua totalidade o direito do fisco de constituir o lançamento, independente de se tratar de lançamento por homologação ou de ofício.

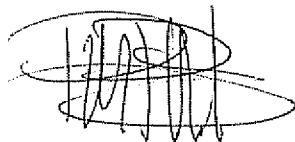
**RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso em face de decadência por qualquer dos critérios estabelecidos no CTN.



CARLOS ALBERTO MEES STRINGARI - Presidente



PAULO MAURÍCIO PINHEIRO MONTEIRO - Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Carlos Alberto Mees Stringari Ivacir Júlio de Souza, Marcelo Magalhães Peixoto e Cid Marconi Gurgel de Souza. Ausente o Conselheiro Marthius Sávio Cavalcante Lobato.



## Relatório

Trata-se de recurso voluntário, fls. 576 a 603, com Anexos às fls. 576 a 607, além de dois outros volumes (I e II) com documentos anexados, apresentado contra Decisão da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento do Rio de Janeiro I – RJ I, fls. 557 a 570, que julgou procedente a Notificação Fiscal de Lançamento de Débito – NFLD nº 37.139.740-5, fl. 01 (no valor consolidado de R\$ 1.177.519,09 – um milhão, cento e setenta e sete mil e quinhentos e dezenove reais e nove centavos), referente às contribuições devidas à Seguridade Social, correspondente à parte dos segurados, da empresa, ao financiamento da complementação das prestações por acidente do trabalho — SAT (até 06/97), ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrentes dos riscos ambientais do trabalho — RAT (a partir de 07/97) e dos terceiros: FNDE, INCRA, SENAC, SESC e SEBRAE, bem como as glosas de deduções/compensações de salário-família e salário maternidade feitas em desacordo com a legislação referente ao período de 01/1997 a 13/1997. Refere-se ainda a diferenças de acréscimos legais (recolhimentos em atraso), das competências 04/1998 e 06/1999.

Segundo o Relatório Fiscal, fls. 376 a 377, constituem fatos gerados das contribuições lançadas, as remunerações pagas a segurados empregados através de folhas e recibos de pagamentos e os pagamentos efetuados a contribuintes individuais autônomos, conforme planilhas de fls. 378/412, de modo que a recorrente vem recolhendo as contribuições previdenciárias como ENTIDADE FILANTRÓPICA "ISENTA", sem ter a ISENÇÃO prevista no artigo 208 do Decreto nº3.048/1999.

O período de apuração, de acordo com o Mandado de Procedimento Fiscal - MPF, foi de 01/1997 a 09/2007, fls. 366 a 368.

O período do débito, conforme o Relatório Discriminativo Sintético de Débito - DSD, às fls. 84 a 107, é de 01/1997 a 06/1999.

A recorrente teve ciência da NFLD no dia 20/12/2007, conforme fls. 01.

Às fls. 456 a 479, a recorrente apresentou impugnação.

A recorrida analisou a autuação e a impugnação, julgando procedente a autuação, fls. 557 a 570.

Inconformada com a decisão, a recorrente apresentou recurso voluntário, fls. 576 a 603, com Anexos às fls. 576 a 607, além de dois outros volumes (I e II) com documentos anexados, onde alega:

*Preliminarmente, pela aplicação da Sumula Vinculante nº 8 do STF, com a conseqüente remissão aos dispositivos do CTN que tratam do instituto da decadência, em função da natureza tributária das contribuições sociais;*

No mérito, em apertada síntese:



1. se constitui em instituição filantrópica fundada em 1968, privada, ligada ao desenvolvimento rural e trabalha em parceria com diversas instituições e principalmente com os agricultores familiares e suas organizações; ou seja é entidade sem fins econômicos, de direito privado, reconhecida de utilidade pública municipal pela Lei 209/1968 de utilidade pública estadual pela lei nº 2.619/71, de Utilidade Pública Federal pelo decreto nº94.083/1987, também reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social através de certificado expedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS;

2. a recorrente aduz que a muitos anos sempre foi considerada por parte do INSS como beneficiária de isenção/imunidade tributária, com relação a cota patronal, por quase quatro décadas, sempre confirmando essa condição, em especial podemos citar a portaria nº 172 da Secretaria da Previdência Social, de 09/10/1973, que foi publicada no diário oficial da união em 16/10/1973, que reconhece a imunidade das entidades filantrópicas o qual se encaixa perfeitamente a recorrente, que inclusive foi oficiada pelo Presidente do Conselho Nacional de Serviço Social, através do ofício n o 2.851, cuja cópia encontra-se nos autos.

3. a recorrida em seu voto considera que a recorrente não cumpriu com que determina a lei 8212/91, quanto aos requisitos do art.55, para a isenção da cota patronal, o que a Recorrente não considera verdadeiro pois vem cumprindo rigorosamente todos os requisitos que qualquer lei ou ato normativo emitido por qualquer esfera administrativa por todos esses anos de atividades, e mais, especificamente no ano de 1997, com a anexação de cópia de documentos que comprovam tal condição.

4. requer seja reconhecida à nulidade da cobrança, vez que a última fiscalização ocorreu em 2002 e não havia qualquer dívida à época da cota patronal, logo não há porque efetuar cobrança a partir do ano de 1997 e sim a partir da última fiscalização. Alega ainda, a decadência do direito de efetuar a cobrança de tributos, nos termos do que dispõe o artigo 173 do CTN,

5. ao contrário do alegado no relatório fiscal a recorrente é beneficiária de isenção/imunidade tributária, conforme previsão do Art. 55 da Lei 8.212/91 e CF, Art. 150, VI, em especial a Portaria nº 172 da Secretaria da Previdência Social, de 09/10/1973, por se encaixar perfeitamente na citada portaria que reconhece a imunidade das entidades filantrópicas;

6. para que haja o benefício da imunidade tributária, a entidade deve atender ao disposto no art. 14, incisos I, II e III do CTN. De acordo com seu estatuto social a recorrente atende a todos requisitos legais e constitucionais, bem como aqueles elencados no Art. 55 da Lei 8.212/91;

7. cita inúmeras jurisprudências para corroborar seu entendimento acerca da imunidade, e o princípio da segurança jurídica;

8. alega ainda, terem ocorrido dois erros no procedimento fiscal, a saber: nulidade em face da condição de isento/imune da instituição, reconhecida desde 1973 e observância da data da



*última fiscalização que ocorreu em 2002, diante desses fatos o procedimento deverá ser considerado nulo, em razão do Princípio da Verdade Material;*

*9. introduziu no Brasil a "Pedagogia da Alternância", através das EFA's - Escola Famílias Agrícolas, e por ser equiparada, pela Constituição Estadual no Art. 281, às escolas públicas estaduais; sendo que além das EFA's , a recorrente é mantenedora de um hospital e 04 creches na cidade de Anchieta-ES;*

*10. como pedido, requer seja acolhido o presente recurso, cancelando-se o débito fiscal reclamado, bem como todos os fundamentos elencados na NFLD, declarando de forma definitiva a isenção da cota patronal da recorrente que há quase 40 anos vem usufruindo sem qualquer questionamento o que lhe permite entender ser de fato e de direito.*

fls. 709. Posteriormente, os autos foram enviados ao Conselho, para análise e decisão,

É o relatório.



## Voto

Conselheiro Paulo Maurício Pinheiro Monteiro , Relator

### PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE

O recurso foi interposto tempestivamente, conforme informação à fl. 709. Avaliados os pressupostos, passo para as questões preliminares.

Anota-se ainda que o Supremo Tribunal Federal – STF ao editar a Súmula Vinculante nº. 21 afastou a exigência de depósito para a admissibilidade de recurso na esfera administrativa.

#### *Súmula Vinculante 21*

*É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.*

*Fonte de Publicação: DJe nº 210, p. 1, em 10/11/2009. DOU de 10/11/2009, p. 1.*

### DAS QUESTÕES PRELIMINARES

Preliminarmente, deve-se verificar a ocorrência, ou não, da decadência.

O Supremo Tribunal Federal - STF, conforme o Informativo STF nº 510 de 19 de junho de 2008, por entender que apenas lei complementar pode dispor sobre prescrição e decadência em matéria tributária, nos termos do artigo 146, III, b, da Constituição Federal, negou provimento por unanimidade aos Recursos Extraordinários nºs 556664/RS, 559882/RS, 559.943 e 560626/RS, em decisão plenária que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46, da Lei nº 8.212/91, atribuindo-se, à decisão, eficácia *ex nunc* apenas em relação aos recolhimentos efetuados antes de 11.6.2008 e não impugnados até a mesma data, seja pela via judicial, seja pela administrativa.

Após, o STF aprovou o Enunciado da Súmula Vinculante nº 8, publicada em 20.06.2008, nestes termos:

*Súmula Vinculante nº 8 - São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1.569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário. Publicada no DOU de 20/6/2008, Seção 1, p.1.*

É necessário observar ainda que as súmulas aprovadas pelo STF possuem efeitos vinculantes, conforme se depreende do art. 103-A e parágrafos da Constituição Federal, que foram inseridos pela Emenda Constitucional nº 45/2004. *in verbis*:

*“Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa*



6

*oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.*

*§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.*

*§ 2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.*

*§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso (g.n.)."*

Portanto, da leitura do dispositivo constitucional acima, conclui-se que a vinculação à súmula alcança a administração pública e, por consequência, os julgadores no âmbito do contencioso administrativo fiscal.

Ademais, no termos do artigo 64-B da Lei 9.784/99, com a redação dada pela Lei 11.417/06, a **administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal**, deve adequar a decisão administrativa ao entendimento do STF, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal.

*"Art. 64-B. Acolhida pelo Supremo Tribunal Federal a reclamação fundada em violação de enunciado da súmula vinculante, dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal"*

Cumprе ressaltar que o art. 62, caput do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF do Ministério da Fazenda, Portaria MF nº 256 de 22.06.2009, veda o afastamento de aplicação ou inobservância de legislação sob fundamento de inconstitucionalidade.

Porém, o art. 62, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do CARF, ressalva que o disposto no caput não se aplica a dispositivo que tenha sido declarado inconstitucional por decisão plenária definitiva do Supremo Tribunal Federal:

*"Art. 62. Fica vedado aos membros das turmas de julgamento do CARF afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade.*

*Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos casos de tratado, acordo internacional, lei ou ato normativo:*

*I - que já tenha sido declarado inconstitucional por decisão plenária definitiva do Supremo Tribunal Federal; ou*

*II - que fundamente crédito tributário objeto de:*

*a) dispensa legal de constituição ou de ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, na forma dos arts. 18 e 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;*

*b) súmula da Advocacia-Geral da União, na forma do art. 43 da Lei Complementar nº 73, de 1993; ou*

*c) parecer do Advogado-Geral da União aprovado pelo Presidente da República, na forma do art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 1993. (g.n.)”*

Portanto, em razão da declaração de inconstitucionalidade dos arts 45 e 46 da Lei nº 8.212/1991 pelo STF, há que serem observadas as regras previstas no Código Tributário Nacional - CTN. Dessa forma, constata-se que já se operara a decadência do direito de constituição dos créditos ora lançados, nos termos dos artigos 150, § 4º, e 173 do Código Tributário Nacional.

O Código Tributário Nacional, ao dispor sobre a decadência, causa extintiva do crédito tributário, assim estabelece em seu artigo 173:

*“Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:*

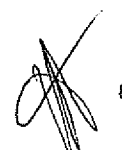
*I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;*

*II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.*

*Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento. (g.n.)”*

Já em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, quando ocorre pagamento antecipado inferior ao efetivamente devido, sem que o contribuinte tenha incorrido em fraude, dolo ou simulação, aplica-se o disposto no § 4º, do artigo 150, do CTN, segundo o qual, se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador:

*“Art.150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.*



§ 1º - O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º - Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º - Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão, porém considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.

§ 4º - Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação. (g.n.)”

Essas interpretações estão em sintonia com decisões do Poder Judiciário.

“Ementa: ....1. O entendimento jurisprudencial consagrado no Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que, em se tratando de tributos sujeitos a lançamento por homologação cujo pagamento ocorreu antecipadamente, o prazo decadencial de que dispõe o Fisco para constituir o crédito tributário é de cinco anos, contados a partir do fato gerador. Todavia, se não houver pagamento antecipado, incide a regra do art. 173, I, do Código Tributário Nacional.” (STJ.1ª Turma, AgRg no Ag 972.949/RS, Rel.: Min. Denise Arruda., ago/08.) (g.n.)

“Ementa: ....4. Nas exações cujo lançamento se faz por homologação, havendo pagamento antecipado, conta-se o prazo decadencial a partir da ocorrência do fato gerador (art. 150, § 4º, do CTN). Somente quando não há pagamento antecipado, ou há prova de fraude, dolo ou simulação é que se aplica o disposto no art. 173, I, do CTN. Em normais circunstâncias, não se conjugam os dispositivos legais. Precedentes das Turmas de Direito Público e da Primeira Seção. 5. Hipótese dos autos em que não houve pagamento antecipado, aplicando-se a regra do art. 173, I, do CTN.” (STJ. 2ª Turma, AgRg no Ag 939.714/RS, Rel.: Min. Eliana Calmon., fev/08.) (g.n.)

“Ementa: .... Em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, a fixação do termo a quo do prazo decadencial para a constituição do crédito deve considerar, em conjunto, os arts. 150, § 4º, e 173, I, do Código Tributário Nacional. Na hipótese em exame, que cuida de lançamento por homologação (contribuição previdenciária) com pagamento antecipado, o prazo decadencial será de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador. (...) Somente quando não há pagamento antecipado, ou há prova de fraude, dolo ou simulação é que se aplica o disposto no art. 173, I, do CTN.” (STJ. EREsp 278727/DF. Rel.: Min. Franciulli Netto. 1ª Seção. Decisão: 27/08/03. DJ de 28/10/03, p. 184.) (g.n.)

Portanto, para que possa identificar o dispositivo legal a ser aplicado - seja o art. 173, I, do CTN ou seja o art. 150, § 4º, do CTN - deve-se identificar a ocorrência, ou não, de pagamentos parciais, pois só assim se pode declarar os efeitos da decadência no lançamento.

Verifica-se, da análise dos autos, que a cientificação da NFLD pela recorrente se deu em 20.12.2007, conforme fls. 01, e o débito se refere a contribuições devidas à Seguridade Social para o período 01/1997 a 06/1999, segundo o Relatório Discriminativo Sintético de Débito - DSD, às fls. 84 a 107.

Dessa forma, constata-se que já se operara a decadência do direito de constituição dos créditos ora lançados, tanto nos termos do artigo 150, § 4º, CTN quanto nos termos do artigo 173, I, do CTN.

A título de esclarecimento, em relação à competência 06/1999:

*(a) na hipótese de aplicação do art. 173, I, CTN, a cientificação da NFLD pela Recorrente deveria ocorrer até a competência 01/2005 a fim de que, aquela competência 06/1999, não fosse fulminada pelos efeitos da decadência;*

*(b) na hipótese de aplicação do art. 150, § 4º, CTN, a cientificação da NFLD pela Recorrente deveria ocorrer até a competência 06/2004 a fim de que, aquela competência 06/1999, não fosse fulminada pelos efeitos da decadência.*

### **CONCLUSÃO**

Voto pelo CONHECIMENTO do recurso para, nas preliminares, DAR-LHE PROVIMENTO, face à aplicação da decadência quinquenal,, por quaisquer dos critérios adotados no CTN.

É como voto.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 2010



PAULO MAURÍCIO PINHEIRO MONTEIRO - Relator



**/MINISTÉRIO DA FAZENDA  
-CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
QUARTA CÂMARA - SEGUNDA SEÇÃO**

Processo nº: 15586001260200711  
.-Recurso nº: 166636

**TERMO DE INTIMAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 3º do artigo 81 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aprovado pela Portaria Ministerial nº 256, de 22 de junho de 2009, intime-se o(a) Senhor(a) Procurador(a) Representante da Fazenda Nacional, credenciado junto à Quarta Câmara da Segunda Seção, a tomar ciência do Acórdão nº 2403-00.125

Brasília, 24 de setembro de 2010

**ELIAS SAMPAIO FREIRE**  
Presidente da Quarta Câmara

Ciente, com a observação abaixo:

- Apenas com Ciência
- Com Recurso Especial
- Com Embargos de Declaração

Data da ciência: -----/-----/-----

Procurador (a) da Fazenda Nacional